

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações contábeis do semestre findo em 30 de junho de 2015, do Banco Bradesco Financiamentos S.A. (Bradesco Financiamentos), de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

O Bradesco Financiamentos oferece linhas de financiamento de crédito direto ao consumidor para aquisição de veículos de passeio, de transporte e outros bens e serviços, além de operações de *leasing* e de empréstimos consignados, atuando como financeira do Banco Bradesco.

No segmento veículos, é especializado em oferecer aos clientes e não clientes do Banco Bradesco linhas de financiamento e de arrendamento de veículos, com soluções de CDC e *leasing*, com recursos próprios ou de repasses. Os serviços são oferecidos em sua extensa rede de conveniados formada por revendas e concessionárias de motos, veículos leves e de transporte, totalizando 11.232 parceiros comerciais ativos em todo o País.

No segmento de empréstimos consignados, atua na concessão de empréstimos para aposentados e pensionistas do INSS, empréstimos com desconto em folha de pagamento para funcionários de empresas do setor público federal, estadual e municipal, por meio de 1.904 Correspondentes, atua em todos os estados brasileiros na captação de clientes.

No 1º semestre de 2015, o lucro líquido foi de R\$ 656 milhões e o Patrimônio Líquido de R\$ 9,89 bilhões.

Agradecemos o apoio e confiança dos nossos clientes e parceiros comerciais e o trabalho dedicado dos nossos funcionários e demais colaboradores.

Osasco, SP, 29 de julho de 2015.

Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 30 DE JUNHO - Em Reais mil			DIRETORIA		
	2015	2014	2015	2014	
ATIVO					
CIRCULANTE	29.014.805	42.818.121	22.420.981	22.363.244	
DISPONIBILIDADES (Nota 4)	178	162	20.491.908	19.904.646	
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (Nota 5a)	10.766.792	23.450.866	20.491.853	19.904.158	
Aplicações no Mercado Aberto	262.736	371.486	55	488	
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	10.504.056	23.079.380	20.436.300	19.419.670	
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (Nota 6)	75.039	106.255	188	417	
Carteira Própria	9.131	13.159	188	417	
Vinculados à Prestação de Garantias	65.908	93.096	1.928.885	2.458.181	
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	874.315	518.338	14.379	8.919	
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	21	76	272.000	9.286	
Créditos Vinculados (Nota 7a)	826.763	442.468	440.090	962.960	
Correspondentes	47.531	75.794	1.202.416	1.477.016	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (Nota 8)	15.621.455	16.520.579			
Operações de Crédito - Setor Privado	16.314.341	17.355.007			
Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa	(692.886)	(834.428)			
OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL (Nota 8)	(7.034)	(16.086)			
Operações de Arrendamentos a Receber - Setor Privado	20.028	51.439			
Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil	(19.948)	(47.890)			
Provisão para Créditos de Arrendamento Mercantil de Liquidação Duvidosa	(7.114)	(19.635)			
OUTROS CRÉDITOS	1.136.692	1.411.781			
Rendas a Receber (Nota 9a)	21	21			
Diversos (Nota 9b)	1.136.666	1.411.760			
OUTROS VALORES E BENS (Nota 10)	547.368	826.226			
Outros Valores e Bens	252.590	353.346			
Provisões para Desvalorizações	(140.286)	(174.534)			
Despesas Antecipadas	435.064	647.414			
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	23.006.947	25.288.535			
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (Nota 5a)	7.198	48.649			
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	7.198	48.649			
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (Nota 6)	218	218			
Carteira Própria	218	218			
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (Nota 8)	17.990.482	19.742.491			
Operações de Crédito - Setor Privado	18.368.316	20.208.314			
Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa	(377.834)	(465.823)			
OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL (Nota 8)	(1.607)	(7.946)			
Operações de Arrendamentos a Receber - Setor Privado	11.150	23.812			
Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil	(10.015)	(23.674)			
Provisão para Créditos de Arrendamento Mercantil de Liquidação Duvidosa	(2.742)	(8.084)			
OUTROS CRÉDITOS	4.398.124	4.585.735			
Diversos (Nota 9b)	4.398.124	4.585.735			
OUTROS VALORES E BENS (Nota 10)	612.532	919.388			
Despesas Antecipadas	612.532	919.388			
PERMANENTE	1.057.222	1.762.127			
INVESTIMENTOS (Nota 11)	424.930	465.745			
Participações em Coligadas e Controladas:					
- No País	421.417	462.305			
- No Exterior	356	244			
Outros Investimentos	12.769	12.808			
Provisões para Perdas	(9.612)	(9.612)			
IMOBILIZADO DE USO (Nota 12)	6.674	4.326			
Outras Imobilizações de Uso	13.511	18.588			
Depreciações Acumuladas	(6.837)	(14.262)			
IMOBILIZADO DE ARRENDAMENTO (Nota 8i)	594.899	1.260.107			
Bens Arrendados	851.596	1.834.551			
Depreciações Acumuladas/Superveniência de Depreciação	(256.697)	(574.444)			
INTANGÍVEL (Nota 13)	30.719	31.949			
Ativos Intangíveis	87.860	77.953			
Amortização Acumulada	(57.141)	(46.004)			
TOTAL	53.078.974	69.868.783	53.078.974	69.868.783	

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO - Em Reais mil		
	2015	2014
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	5.291.443	6.309.655
Operações de Crédito (Nota 8g)	3.877.416	4.111.310
Operações de Arrendamento Mercantil (Nota 8g)	306.398	793.130
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários (Nota 6e)	1.063.145	1.384.233
Resultado das Aplicações Compulsórias (Nota 7b)	44.484	20.982
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	2.821.170	3.226.391
Operações de Captações no Mercado (Nota 14b)	2.211.815	2.118.248
Operações de Arrendamento Mercantil (Nota 8g)	266.121	739.394
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (Notas 8c e f)	343.234	368.749
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	2.470.273	3.083.264
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	(1.462.051)	(1.315.919)
Receitas de Prestação de Serviços (Nota 18)	89.418	120.500
Despesas de Pessoal (Nota 19)	(147.936)	(80.632)
Outras Despesas Administrativas (Nota 20)	(286.170)	(437.977)
Despesas Tributárias (Nota 21)	(135.633)	(86.363)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas (Nota 11a)	(5.570)	12.917
Outras Receitas Operacionais (Nota 22)	183.563	151.872
Outras Despesas Operacionais (Nota 23)	(1.159.723)	(1.046.236)
RESULTADO OPERACIONAL	1.008.222	1.767.345
RESULTADO NÃO OPERACIONAL (Nota 24)	(53.406)	(118.599)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	954.816	1.648.746
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Notas 26a e b)	(299.092)	(671.269)
LUCRO LÍQUIDO	655.724	977.477
Número de ações (mil) (Nota 17a)	24.730.835	24.730.835
Lucro por lote de mil ações em R\$	26,51	39,52

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DOS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO - Em Reais mil		
	2015	2014
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:		
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	954.816	1.648.746
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos impostos:		
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	343.234	368.749
Depreciações e Amortizações	54.322	99.690
Constituições de Provisões Cíveis, Trabalhistas e Fiscais	159.342	149.363
Constituições de Provisões para Desvalorização de Bens Não de Uso Próprio	54.998	135.718
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	5.570	(12.917)
Insuficiência de Depreciação	204.127	636.999
Perda na Venda de Imobilizado de Uso	115	29
Ganho na Venda de Bens Não de Uso Próprio	(17.148)	(17.148)
Constituições de Outras Provisões	192.459	197.329
Lucro Líquido Ajustado antes dos impostos	1.967.248	3.206.528
(Aumento)/Redução em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	15.243.065	6.119.958
(Aumento)/Redução em Títulos para Negociação e Instrumentos Financeiros Derivativos	23.505	48.178
(Aumento)/Redução em Relações Interfinanceiras	(47.354)	(11.446)
(Aumento)/Redução em Depósitos Compulsórios no Banco Central do Brasil	(65.540)	(24.534)
(Aumento)/Redução em Operações de Crédito e de Arrendamento Mercantil	1.914.586	(70.705)
(Aumento)/Redução em Outros Créditos e Outros Valores e Bens	(84.391)	(82.358)
(Aumento)/Redução em Depósitos	(2.981.162)	(1.195.773)
(Aumento)/Redução em Outras Obrigações	(410.556)	(1.272.929)
(Aumento)/Redução em Resultados de Exercícios Futuros	52.503	9.614
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(438.789)	(500.253)
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) das Atividades Operacionais	15.173.115	6.226.310
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:		
Alienação de Bens Não de Uso Próprio	206.032	290.862
Alienação de Imobilizado de Uso e Arrendamento	35.719	59.637
Aquisição de Investimentos	-	(100)
Aquisição de Imobilizado de Uso e Arrendamento	(52.463)	(48.994)
Aplicações no Intangível	(6.540)	(5.187)
Dividendos Recebidos	42	104
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Investimentos	182.790	296.322
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento:		
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos	(186.150)	(6.255.568)
Redução de Capital	(15.000.000)	-
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Financiamentos	(15.186.150)	(6.255.568)
Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	169.755	267.064
Caixa e Equivalentes de Caixa - Início do Período	93.159	104.584
Caixa e Equivalentes de Caixa - Fim do Período	262.914	371.648
Aumento/(Redução) Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	169.755	267.064

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1) CONTEXTO OPERACIONAL
O Banco Bradesco Financiamentos S.A. (Bradesco Financiamentos ou Instituição), é uma Instituição financeira que tem como objetivo social a prática de todas as operações ativas, passivas e acessórias permitidas às instituições financeiras e inerentes às carteiras de banco comercial, de arrendamento mercantil e sociedade de crédito, financiamento e investimento, de acordo com as disposições legais e regulamentares em vigor. O Bradesco Financiamentos é parte integrante da Organização Bradesco e suas operações são conduzidas de forma integrada a um conjunto de empresas que atuam nos mercados financeiros e de capitais, utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos e suas demonstrações contábeis devem ser entendidas neste contexto.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
As demonstrações contábeis foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) com as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN). Incluem, estimativas e premissas, tais como a mensuração de perdas estimadas com operações de crédito e de arrendamento mercantil, estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros, provisões cíveis, fiscais e trabalhistas; perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) de títulos e valores mobiliários classificados na categoria de títulos disponíveis para venda e ativos não financeiros. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e premissas.

As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração em 29 de julho de 2015.

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Moeda funcional e de apresentação
As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Instituição.

b) Apuração do resultado
O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devam ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora das respectivas ativas e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério *pro rata* dia e calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a operações no exterior que são atualizadas até a data do balanço linear.

As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são contabilizadas até a base do balanço.

As receitas de arrendamento mercantil são calculadas e apropriadas mensalmente pelo valor das contraprestações exigíveis no período (Portaria MF nº 140/84, do Ministério da Fazenda) e considera o ajuste a valor presente das operações de arrendamento mercantil.

c) Caixa e equivalentes de caixa
Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda, aplicações em ouro, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações, na data da efetiva aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo. Esses recursos são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

d) Aplicações interfinanceiras de liquidez
As operações compromissadas realizadas com acordo de livre movimentação são ajustadas pelo valor de mercado. As demais aplicações são registradas ao custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável.

e) Títulos e valores mobiliários - classificação
Títulos para negociação - adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;
Títulos disponíveis para venda - são aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários, os quais só serão reconhecidos no resultado quando da efetiva realização; e
Títulos mantidos até o vencimento - adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de negociação e disponível para venda são demonstrados no balanço patrimonial pelo seu valor justo estimado. O valor justo geralmente baseia-se em cotações de mercado ou cotações de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis, os valores justos são baseados em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para as quais a determinação do valor justo possa exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração.

f) Operações de crédito, de arrendamento mercantil, outros créditos com características de concessão de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa
As operações de crédito, de arrendamento mercantil e outros créditos com características de concessão de crédito são classificadas nos respectivos níveis de risco, observando: (i) os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do CMN, que requerem a sua classificação de riscos em nove níveis, sen-

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Reais mil						
Eventos	Capital Social	Reservas de Lucros		Ajustes de Avaliação Patrimonial Própria	Lucros Acumulados	Totais
		Legal	Estatutária			
Saldos em 31.12.2013	22.010.000	409.410	5.235.568	(292)	-	27.654.686
Dividendos Declarados	-	-	(5.235.568)	-	-	(5.235.568)
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	1.247	-	1.247
Lucro Líquido	-	-	-	-	977.477	977.477
Destinações: - Reservas	-	48.874	919.317	-	(968.191)	-
- Dividendos Propostos	-	-	-	-	(9.286)	(9.286)
Saldos em 30.6.2014	22.010.000	458.284	919.317	955	-	23.388.556
Saldos em 31.12.2014	22.010.000	573.361	1.868.070	(229)	-	24.451.202
Redução de Capital	(15.000.000)	-	-	-	-	(15.000.000)
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-
Lucro Líquido	-	-	-	-	655.724	655.724
Destinações: - Reservas	-	32.786	403.938	-	(436.724)	-
- Juros Sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	(219.000)	(219.000)
Saldos em 30.6.2015	7.010.000	606.147	2.272.008	(229)	-	9.887.926

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO DOS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO - Em Reais mil					
Descrição	2015	%	2014	%	
1 - RECEITAS	4.008.061	323,2	5.048.443	285,7	
1.1) Intermédiação Financeira	5.291.443	426,7	6.309.655	357,1	
1.2) Prestação de Serviços	89.418	7,2	120.500</		

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
g) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre as adições temporárias, são registrados na rubrica "Outros Créditos - Diversos", e a provisão para as obrigações fiscais diferidas sobre superveniência de depreciação, são registradas na rubrica "Outras Obrigações - Fiscais e Previdenciárias", sendo que para superveniência de depreciação é aplicada somente a alíquota de imposto de renda. Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro é calculada considerando a alíquota de 15% para empresas do segmento financeiro.

Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

As modificações no critério de reconhecimento de receitas, custos e despesas computadas na apuração do lucro líquido do período, introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e alterações posteriores, foram contempladas fiscalmente pelo novo regime de tributação vigente instituído pela Lei nº 12.973/14.

A composição dos valores de imposto de renda e contribuição social, a demonstração dos seus cálculos, bem como a origem e previsão de realização dos créditos tributários estão apresentados na Nota 26.

h) Despesas antecipadas

São representadas pelas aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos direitos de benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros, sendo registrados no resultado de acordo com o princípio da competência. Inclui comissões pagas, principalmente à revendedores e concessionárias de veículos e promotoras de venda terceirizadas, pela colocação de operações de crédito.

Os custos incorridos que estão relacionados com ativos correspondentes, que gerarão receitas em períodos subsequentes, os quais são apropriados ao resultado de acordo com os prazos e montantes dos benefícios esperados e baixados diretamente no resultado, quando os bens e direitos correspondentes já não fazem parte dos ativos do Banco ou quando benefícios futuros não são mais esperados.

Em 2015 o Bradesco Financiamentos optou pela facilidade prevista na Circular Bacen nº 3.738/14, para ativação das comissões pagas pela origem das operações de crédito aos correspondentes bancários, que deverá ser integralmente amortizada de forma linear, pelo prazo de 36 meses. Para a origem ocorrida no ano de 2015 será ativas 2/3 do valor dessas comissões, para 2016 a ativação será de 1/3 do valor das comissões e a partir de 2017, a remuneração mencionada será integralmente reconhecida como despesa.

Adicionalmente, os saldos registrados em 31 de dezembro de 2014 não foram impactados pelo disposto na referida Circular de reconhecimento imediato no resultado de saldos remanescentes em 1º de janeiro de 2015, uma vez que o diferimento de despesas ocorrerá normalmente de acordo com os prazos das operações.

i) Investimentos

Os investimentos em empresas controladas e coligadas com influência significativa ou participação de 20% ou mais no capital votante são avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

Os incentivos fiscais e outros investimentos são avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos da provisão para perdas/redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

j) Imobilizado

Relacionado aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controles dos bens para a entidade.

É demonstrado o custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil-econômica estimada dos bens, sendo: imóveis de uso - 4% ao ano; móveis e utensílios e máquinas e equipamentos, sistemas de comunicação e segurança - 10% ao ano; e sistemas de transportes e processamento de dados - 20% a 50% ao ano, e ajustado por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

k) Intangível

Ativo Intangível corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade.

Compostos por *softwares*, que estão registrados ao custo, deduzido da amortização pelo método linear durante a vida útil estimada (20% ao ano), a partir da data da sua disponibilidade para uso e ajustado por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável. Gastos com o desenvolvimento interno de *softwares* são reconhecidos como ativo quando é possível demonstrar a intenção e a capacidade de concluir tal desenvolvimento, bem como mensurar com segurança os custos diretamente atribuíveis ao mesmo, que serão amortizados durante sua vida útil estimada, considerando os benefícios econômicos futuros gerados.

l) Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados para verificar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido uma perda no seu valor contábil. A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de processo de falência ou mesmo, um declínio significativo ou prolongado do valor do ativo.

Uma perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) de um ativo financeiro ou não financeiro é reconhecida no resultado do período se o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável.

m) Depósitos

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data de balanço, reconhecidos em base *pro rata* dia.

n) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09 do CMN, sendo:

- Ativos contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho com praticidade certa e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;
- Provisões: são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
- Passivos Contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo apenas ser divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e
- Obrigações Legais - Provisão para Riscos Fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é a sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

Detalhamento dos processos judiciais, bem como a segregação e movimentação dos valores registrados, por natureza, estão apresentados na Nota 15.

o) Receitas de exercícios futuros

Representam aos valores das parcelas de receitas contratuais recebidas antecipadamente que serão apropriadas ao resultado de acordo com os prazos dos contratos de financiamentos aos quais se referem.

p) Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias, auferidos (em base *pro rata* dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias, incorridos (em base *pro rata* dia).

q) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

4) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2015	2014
Disponibilidades em moeda nacional	102	101
Aplicações em ouro	76	61
Total de disponibilidades (caixa)	178	162
Aplicações interfinanceiras de liquidez (1)	262.736	371.486
Total caixa e equivalentes de caixa	262.914	371.648

(1) Referem-se às operações cujo vencimento na data da efetiva aplicação foi igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

5) APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ
a) Composição e prazos

	Em 30 de junho - R\$ mil				Total	
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	2015	2014
Aplicações no mercado aberto:						
Posição bancada	262.736	-	-	-	262.736	371.486
- Letras do tesouro nacional	-	-	-	-	-	-
Aplicações em depósitos interfinanceiros						
- Aplicações em depósitos interfinanceiros	4.789	10.472.724	26.543	7.198	10.511.254	23.128.029
Total em 2015	267.525	10.472.724	26.543	7.198	10.773.990	
%	2,5	97,2	0,2	0,1	100,0	
Total em 2014	373.938	23.060.911	16.017	48.649	23.499.515	
%	1,6	98,1	0,1	0,2	100,0	

	Curso anormal						Total	
	Parcelas vencidas							
	2015		2014		2015		2014	
	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	(C)	(C)
Operações de crédito								
Empréstimos e títulos descontados	24.968	24.230	23.608	66.998	118.037	345.556	603.397	28,3
Financiamentos	99.504	89.816	88.936	247.346	387.066	609.352	1.522.020	71,2
Subtotal	124.472	114.046	112.544	314.344	505.103	954.908	2.125.417	99,5
Operações de arrendamento mercantil	988	843	799	1.960	2.806	4.125	11.521	0,5
Total das operações de crédito	125.460	114.889	113.343	316.304	507.909	959.033	2.136.938	100,0
Avais e fianças (1)	-	-	-	-	-	-	-	-
Total em 2015	125.460	114.889	113.343	316.304	507.909	959.033	2.136.938	100,0
Total em 2014	139.695	128.487	127.116	359.102	593.321	1.121.199		

(1) Registrados em Contas de Compensação.

b) Modalidades e níveis de risco

	Nível de risco								2015		2014		
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total	%	Total	%
Empréstimos e títulos descontados	5.963	15.642.477	192.012	130.674	75.657	52.508	40.183	32.588	199.505	16.371.540	47,0	18.103.338	47,9
Financiamentos	65.517	16.292.942	599.959	542.163	215.560	120.809	84.960	65.418	323.789	18.311.117	52,6	19.459.983	51,5
Subtotal	71.480	31.935.419	791.971	672.810	291.217	173.317	125.143	98.006	523.294	34.682.657	99,6	37.563.321	99,4
Operações de arrendamento mercantil	1.596	88.088	21.265	3.620	2.048	2.067	1.241	1.127	5.400	126.452	0,4	226.592	0,6
Subtotal	73.076	32.023.507	813.236	676.430	293.265	175.384	126.384	99.133	528.694	34.809.109	100,0	37.789.913	100,0
Total em 2015	73.076	32.023.507	813.236	676.430	293.265	175.384	126.384	99.133	528.694	34.809.109	100,0	37.789.913	100,0
%	0,2	92,0	2,4	1,9	0,4	0,3	0,4	0,3	1,5	100,0		100,0	
Total em 2014	58.967	34.573.777	842.183	813.934	338.163	193.651	152.597	117.024	699.617			37.789.913	
%	0,2	91,5	2,2	2,1	0,9	0,5	0,4	0,3	1,9			100,0	

c) Composição das operações de crédito e da provisão para créditos de liquidação duvidosa

	Carteira				Total		2015		2014	
	% Mínimo de provisionamento requerido	Curso normal	Curso anormal	Total	%	(C)	(C)	(A+B+C)	%	(A+B+C)
AA	-	73.076	-	73.076	0,2	-	-	-	-	-
A	0,5	32.023.507	-	32.023.507	92,0	-	-	160.118	5	160.123
B	1,0	98.464	714.772	813.236	2,4	458	6.689	985	0,8	8.162
C	3,0	9.261	667.169	676.430	1,9	2.387	17.628	278	379	20.672
Subtotal		32.204.308	1.381.941	33.586.249	96,5	2.845	23.317	161.381	414	188.957
D	10,0	7.188	286.077	293.265	0,8	4.996	24.612	719	58.506	87.833
E	30,0	2.045	173.339	175.384	0,5	11.454	40.548	613	34.989	87.604
F	50,0	1.888	124.496	126.384	0,4	16.028	46.220	944	25.213	88.405
G	70,0	2.599	96.534	99.133	0,3	19.921	47.653	1.819	29.690	99.083
H	100,0	7.030	521.664	528.694	1,5	173.062	348.603	7.029	-	528.694
Subtotal		20.750	1.202.110	1.222.860	3,5	225.461	506.636	11.124	148.398	891.619
Total em 2015		32.225.058	2.584.051	34.809.109	100,0	228.306	530.953	172.505	148.812	1.080.576
%		92,6	7,4	100,0		21,1	49,1	16,0	13,8	100,0
Total em 2014		34.797.905	2.992.008	37.789.913	100,0	288.741	667.251	199.432	172.546	1.327.970
%		92,1	7,9	100,0		21,7	50,3	15,0	13,0	100,0

d) Concentração das operações de crédito

	Em 30 de junho - R\$ mil			
	2015	%	2014	%
Maior devedor	6.892	-	3.986	-
Dez maiores devedores	40.549	0,1	29.191	0,1
Vinte maiores devedores	62.399	0,2	47.573	0,1
Cinquenta maiores devedores	103.341	0,3	83.621	0,2
Cem maiores devedores	150.621	0,4	127.541	0,3

e) Setor de atividade econômica

	Em 30 de junho - R\$ mil			
	2015	%	2014	%
Setor privado	34.809.109	100,0	37.789.913	100,0
Indústria	153.436	0,4	195.260	0,4
Comércio	462.895	1,3	583.610	1,6
Intermediário financeiro	23	-	35	-
Serviços	735.302	2,1	877.458	2,3
Agricultura, pecuária, pesca, silvicultura e exploração florestal	23.425	0,1	23.597	0,1
Pessoas físicas	33.434.028	96,1	36.109.953	95,6
Total	34.809.109	100,0	37.789.913	100,0

f) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2015	2014
Saldo inicial	1.094.673	1.588.179
Constituição líquida de reversão	343.234	368.749
Baixas para prejuízo	(357.331)	(628.958)
Saldo final	1.080.576	1.327.970
- Provisão específica (1)	759.259	955.992
- Provisão genérica (2)	172.505	199.432
- Provisão excedente (3)	148.812	172.546
Recuperação de créditos baixados como prejuízo (4)	155.218	246.654

(1) Para as operações que apresentem parcelas vencidas há mais de 14 dias;
 (2) Constituída em razão da classificação do cliente ou da operação e, portanto, não enquadrada no item anterior;
 (3) A provisão excedente é constituída considerando a experiência da Administração e a expectativa de realização da carteira de créditos, de modo a apurar a provisão total julgada adequada para cobrir os riscos específicos e globais dos créditos, associada à provisão calculada de acordo com a classificação pelos níveis de risco e os respectivos percentuais de provisão estabelecidos como mínimos na Resolução nº 2.682/99 do CMN. A provisão excedente por cliente foi classificada nos níveis de riscos correspondentes (Nota Bc); e

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
b) Diversos

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2015	2014
Créditos tributários de impostos e contribuições (Nota 26c).....	2.074.084	2.985.022
Devedores por depósitos em garantia.....	2.531.283	2.126.672
Impostos e contribuições a compensar.....	448.968	369.475
Devedores diversos.....	354.029	264.487
Prêmio em operações de cessão de crédito (1).....	54.025	171.501
Títulos e créditos a receber.....	39.081	51.599
Adiantamentos para pagamentos.....	29.389	24.780
Opções por incentivos fiscais.....	3.922	3.922
Outros.....	9	27
Total	5.534.790	5.997.495

(1) Prêmio pago na aquisição de operações de crédito consignado, que será apropriado pelos prazos dos contratos.

10) OUTROS VALORES E BENS
a) Bens não de uso próprio

	Em 30 de junho - R\$ mil			
	Custo	Provisão para perdas	Custo líquido de provisão	
	2015	2014	2015	2014
Imóveis.....	1.339	(454)	885	885
Bens em regime especial.....	810	(810)	-	-
Veículos e afins.....	249.736	(138.317)	111.419	177.900
Máquinas e equipamentos.....	705	(705)	-	-
Outros.....	-	-	-	27
Total em 2015	252.590	(140.286)	112.304	
Total em 2014	353.346	(174.534)		178.812

b) Despesas antecipadas

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2015	2014
Comissões sobre empréstimos - consignados.....	761.054	1.181.859
Comissões sobre financiamento - veículos.....	216.758	304.668
Outras.....	69.784	80.275
Total	1.047.596	1.566.802

11) INVESTIMENTOS

a) Ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial dos investimentos, foram registrados em contas de resultado, sob a rubrica de "Resultado de participações em coligadas e controladas".

Empresas	Capital social	Patrimônio líquido ajustado	Quantidade de ações/cotas possuídas (em milhares)		Participação no capital (%)	Lucro líquido/prejuízo	Valor contábil		Ajuste decorrente de avaliação (1)	
			Ações	Cotas			2015	2014	2015	2014
Grupo financeiro										
Tibre Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.....	26.400	49.321	-	26.400	99,999	1.629	49.321	46.224	1.629	1.252
BMC Asset Management DTVM Ltda.....	6.000	10.713	-	6.000	99,999	319	10.713	10.262	319	231
Everest Leasing S.A. Arrendamento Mercantil Banco Bradesco Europa S.A. (2).....	15.200	28.444	127.700	-	100,000	795	28.444	27.038	795	719
Outras atividades	832.582	1.312.926	1	-	0,027137	11.073	356	244	3	6
BF Promotora de Vendas Ltda.....	426.220	332.304	-	426.220	99,9999	(7.441)	332.304	377.180	(7.441)	10.729
Promosec Cia. Securitizadora de Créditos Financeiros.....	3.250	235	-	6	100,000	(925)	235	1.201	(925)	(5)
Outras participações	-	-	-	-	-	-	400	400	-	-
Ganho/perda cambial de investimento no exterior	-	-	-	-	-	-	-	-	50	(15)
Total de investimentos..							421.773	462.549	(5.570)	12.917

(1) Ajuste decorrente de avaliação considera os resultados apurados, periodicamente, pelas companhias e inclui variações patrimoniais das investidas não decorrentes de resultados, quando aplicáveis; e

(2) Investimento com participação inferior a 20%, entretanto foi avaliado pelo método de equivalência patrimonial por ser a investida integralmente controlada pela Organização Bradesco.

b) Outros investimentos

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2015	2014
Investimentos por incentivos fiscais.....	12.216	12.216
Títulos patrimoniais.....	2	2
Outros investimentos.....	551	590
Subtotal	12.769	12.808
Provisão para perdas.....	(9.612)	(9.612)
Total	3.157	3.196

12) IMOBILIZADO DE USO

Demonstrado ao custo de aquisição corrigido. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas anuais que contemplam a vida útil-econômica dos bens.

	Em 30 de junho - R\$ mil				
	Taxa anual	Custo	Depreciação	Custo líquido de depreciação	
	2015	2014	2015	2014	
Instalações, móveis e equipamentos de uso.....	10%	5.475	(2.857)	2.618	2.906
Sistemas de segurança e comunicações.....	10%	848	(670)	178	204
Sistemas de processamento de dados.....	20%	7.188	(3.310)	3.878	1.216
Total em 2015		13.511	(6.837)	6.674	
Total em 2014		18.588	(14.262)		4.326

13) INTANGÍVEL

Os ativos intangíveis possuem vida útil definida e são compostos por *software* e respectivos gastos com desenvolvimento. Em 30 de junho de 2015 apresenta-se o valor do custo líquido de amortização de R\$ 30.719 mil (2014 - R\$ 31.949 mil).

14) DEPÓSITOS
a) Depósitos

	Em 30 de junho - R\$ mil					
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	2015	2014
Depósitos interfinanceiros.....	1.751.463	11.670.324	7.070.066	19.164.218	39.656.071	41.132.326
Depósitos à vista.....	55	-	-	-	55	488
Total em 2015	1.751.518	11.670.324	7.070.066	19.164.218	39.656.126	
%.....	4,4	29,4	17,8	48,4	100,0	
Total em 2014	1.496.342	10.209.071	8.199.233	21.228.168		41.132.814
%.....	3,7	24,8	19,9	51,6		100,0

b) Despesas de captação

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2015	2014
Depósitos interfinanceiros.....	2.211.815	2.118.248
Total	2.211.815	2.118.248

15) PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS
a) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

b) Provisões classificadas como perdas prováveis e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

A empresa é parte em processos judiciais, de natureza trabalhista, cível e fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades.

Na constituição das provisões a Administração leva em conta: a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável.

A Administração entende que a provisão constituída é suficiente para atender às perdas decorrentes dos respectivos processos.

O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o desfecho da ação, representado por decisões judiciais, sobre as quais não caiba mais recursos, ou a sua prescrição.

I - Processos trabalhistas

São ações ajudizadas por ex-empregados, visando obter indenizações, em especial o pagamento de "horas extras" em razão de interpretação do artigo 224 da Consolidação das Leis do Trabalho. Nos processos em que é exigido depósito judicial para garantia de execução, o valor das provisões trabalhistas é constituído considerando a efetiva perspectiva de perda destes depósitos. Para os demais processos, a provisão é constituída com base no valor médio apurado dos pagamentos efetuados de processos encerrados nos últimos 12 meses.

II - Processos civis

São pleitos de indenização por dano moral e patrimonial. Essas ações são controladas individualmente por meio de sistema informatizado e provisionadas sempre que a perda for avaliada como provável, considerando a opinião de assessores jurídicos, natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e posicionamento de Tribunais. Não existem em curso processos administrativos significativos por descumprimento de normas do Sistema Financeiro Nacional ou de pagamento de multas que possam causar impactos representativos no resultado financeiro da Instituição.

III - Obrigações legais - provisão para riscos fiscais

A Instituição vem discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão totalmente provisionados não obstante as boas chances de êxito a médio e longo prazos, de acordo com a opinião dos assessores jurídicos. Essas obrigações legais e as provisões avaliadas como de risco provável, tem acompanhamento regular de suas evoluções nos trâmites do Judiciário, e no decorrer ou no encerramento de cada processo, poderão resultar em condições favoráveis à Instituição, com a reversão das respectivas provisões.

A principal questão é:

IRPJ/CSLL - Perdas de Crédito - R\$ 285.659 mil (2014 - R\$ 268.134 mil); Pleiteia deduzir, para efeito de apuração da base de cálculo do IRPJ e da CSLL devidos, o valor das perdas efetivas e definitivas, totais ou parciais, sofridas no recebimento de créditos, independentemente do atendimento das condições e prazos previstos nos artigos 9º ao 14º da Lei nº 9.430/96 que só se aplicam às perdas provisórias.

IV - Movimentação das provisões

	Em 30 de junho - R\$ mil		
	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais (1)
Saldo no início do 1º semestre de 2015	27.842	95.361	685.723
Atualização monetária.....	1.794	5.879	28.810
Constituições líquidas de reversões.....	5.481	104.333	7.140
Pagamentos.....	(1.094)	(95.898)	(481)
Saldo no final do 1º semestre de 2015 (Nota 16)	34.023	109.675	721.192
Saldo no final do 1º semestre de 2014 (Nota 16)	28.330	74.457	2.037.122

1) Compreende, substancialmente, a obrigações legais.

c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

A Instituição mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que a Instituição figura como "autora" ou "réu" e, amparada na opinião dos assessores jurídicos, classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso. Periodicamente são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivadas, se necessária, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente. Os principais processos com essa classificação são os seguintes: a) Autuação de IRPJ e CSLL, relativa à glosa de despesas com perdas no recebimento de créditos, descontos concedidos em renegociações e multa isolada relativo às estimativas de 2010, no montante de R\$ 106.011 mil; e b) Autuação de IRPJ e CSLL, relativo ao ano-base de 2008, lançado sobre glosa de amortização de ação na aquisição de investimentos, no valor total de R\$ 336.442 mil (2014 - R\$ 78.321 mil).

16) OUTRAS OBRIGAÇÕES
a) Fiscais e previdenciárias

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2015	2014
Provisões para riscos fiscais (Nota 15b IV).....	721.192	2.037.122
Provisão para impostos e contribuições diferidos (Nota 26c).....	358.132	441.138
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar.....	309.397	779.289
Impostos e contribuições a recolher.....	89.782	71.104
Total	1.478.503	3.328.653

b) Diversas

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2015	2014
Credores por antecipação de valor residual (Nota 8h).....	469.662	1.037.202
Credores diversos.....	781.633	601.686
Provisões cíveis e trabalhistas (Nota 15b IV).....	143.698	102.787
Provisão para pagamentos a efetuar.....	60.897	60.259
Total	1.455.890	1.801.934

17) PATRIMÔNIO LÍQUIDO
a) Capital social

O capital social no montante de R\$ 7.010.000 mil (2014 - R\$ 22.010.000 mil) totalmente subscrito e integralizado, é composto por 24.730.834.643 ações ordinárias, nominativas e escriturais, sem valor nominal.

A Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31.3.2015 aprovou a redução do Capital Social no montante de R\$ 15.000.000 mil.

b) Reserva de lucros

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2015	2014
Reservas de lucros	2.878.155	1.377.601
- Reserva legal (1).....	606.147	458.284
- Reserva estatutária (2).....	2.272.008	919.317

(1) Constituída obrigatoriamente sobre 5% do lucro líquido, até atingir 20% do capital social realizado. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento do capital ou para compensar prejuízos; e

(2) Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Sociedade, pode ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, sendo o saldo limitado a 95% do Capital Social Integralizado.

c) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos acionistas estão assegurados juros sobre o capital próprio e/ou dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, que somados não seja inferior a 1% do lucro líquido ajustado, nos termos da legislação societária. Fica a Diretoria autorizada a declarar e pagar dividendos intermediários, especialmente semestrais e mensais, utilizando-se das contas de Lucros Acumulados ou de Reservas de Lucros existentes, e, podendo ainda, autorizar a distribuição de lucros a título de juros sobre o capital próprio em substituição total ou parcial aos dividendos intermediários, ou, em adição aos mesmos.

O cálculo dos dividendos e juros sobre o capital próprio relativos aos semestres findos em 30 de junho está demonstrado a seguir:

	R\$ mil	
	2015	2014
Lucro líquido.....	655.724	977.477
(-) Reserva legal - 5% sobre o lucro.....	(32.786)	(48.874)
Base de cálculo	622.938	928.603
Dividendos (1).....	-	9.286
Juros sobre o capital próprio (2).....	219.000	-
Imposto de renda retido na fonte.....	(32.850)	-
Valor líquido a pagar	186.150	-
Percentual em relação ao lucro líquido ajustado.....	29,9%	1,0%
Valor em Reais por lote de mil ações	7,53	0,38

(1) Não houve distribuição de dividendos pois os Juros sobre o Capital Próprio distribuídos foram superior ao mínimo obrigatório de 1%; e

(2) Em Reunião da Diretoria realizada em 27 de fevereiro de 2015 foi deliberado o pagamento de Juros Sobre o Capital Próprio de R\$ 219.000 mil efetuado em 4 de março de 2015.

18) RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

	Semestres findos em 30 de junho - R\$ mil	
	2015	2014
Rendas de cadastro.....	60.296	93.711
Taxa de avaliação/substituição de bem.....	28.567	25.963
Taxa de aditamento de contratos.....	526	793
Outras.....	29	33
Total	89.418	120.500

19) DESPESAS DE PESSOAL

	Semestres findos em 30 de junho - R\$ mil	
	2015	2014
Proventos.....	70.132	40.792
Benefícios.....	29.554	11.439
Encargos sociais.....	26.281	15.220
Participação dos empregados nos lucros.....	13.256	11.219
Provisão para processos trabalhistas.....	7.275	1.537
Treinamento.....	1.438	425
Total	147.936	80.632

20) OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	Semestres findos em 30 de junho - R\$ mil	
	2015	2014
Serviços de terceiros.....	155.691	305.858
Processamento de dados.....	53.253	43.075
Depreciações e amortizações.....	9.309	9.651
Comunicações.....	9.264	12.113
Serviços do sistema financeiro.....	8.933	8.038
Transportes.....	6.848	4.076
Viagens.....	4.077	3.022
Propaganda, promoções e publicidade.....	2.773	3.659
Aluguéis.....	1.564	1.323
Manutenção e conservação de bens.....	1.232	550
Contribuições filantrópicas.....	100	



Bradesco Financiamentos

Banco Bradesco Financiamentos S.A.

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 07.207.996/0001-50

Sede: Cidade de Deus, s/nº - Prédio Prata - 4º Andar - Vila Yara - Osasco - SP

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

e) Em 14 de maio de 2014, foi publicada a Lei nº 12.973/14, que converteu a Medida Provisória nº 627/13. Essa Lei altera a Legislação Tributária Federal relativa ao Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas - IRPJ, à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, à Contribuição para o PIS/PASEP e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS. Destacamos os principais assuntos que a Lei nº 12.973/14 dispõe:

- a revogação do Regime Tributário de Transição (RTT), disciplinando os ajustes decorrentes dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos em razão da convergência das normas contábeis brasileiras aos padrões internacionais;
- a tributação da pessoa jurídica domiciliada no Brasil, com relação ao acréscimo patrimonial decorrente de participação em lucros auferidos no exterior por controladas e coligadas; e
- o parcelamento especial de Contribuição para o PIS/PASEP e para a COFINS.

A referida Lei foi regulamentada através das Instruções Normativas nºs 1.515/14 e 1.520/14. Em nossa avaliação, não haverá impactos relevantes futuros em nossas Demonstrações Contábeis.

Em 1º de janeiro de 2015, para os não optantes, a Lei nº 12.973/2014 entrou em vigor, encerrando o período do Regime Tributário de Transição (RTT) e entrando em vigor um novo regime de tributação no Brasil. Dentre outros assuntos, a referida Lei revogou o RTT, disciplinando os ajustes decorrentes dos novos métodos e critérios contábeis, introduzidos em razão da convergência das normas contábeis brasileiras aos padrões internacionais e alterou a Legis-

lação Tributária Federal relativa ao Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas - IRPJ, à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, à Contribuição para o PIS/PASEP e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS.

f) Em 20 de janeiro de 2015, foi publicada a Lei nº 13.097/15, que converteu a Medida Provisória nº 656/14. Dentre outros assuntos, essa Lei altera os valores dos limites para fins de dedutibilidade de perdas no recebimento de créditos para contratos inadimplidos a partir de 8 de outubro de 2014 (artigo 9º da Lei nº 9.430/96), sendo que para o estoque até 7 de outubro de 2014, ficam mantidos os valores limites atuais.

g) Em 21 de maio de 2015, foi publicada a Medida Provisória nº 675 (MP 675/15) que elevou a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL dos setores financeiro e segurador de 15% para 20% do lucro tributável, a partir de 1º de setembro de 2015. O Bradesco aguardará a conversão da MP 675/15 em Lei para uma análise mais profunda e conclusiva, uma vez que possíveis emendas à MP podem ser propostas pelo Congresso Nacional.

h) Não houve eventos subsequentes, que requeiram ajustes ou divulgações, para as demonstrações contábeis encerradas em 30 de junho de 2015.

A DIRETORIA

Célio Magalhães – Contador – CRC 1SP199295/O-5

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores do

Banco Bradesco Financiamentos S.A.

Osasco - SP

Examinamos as demonstrações contábeis do Banco Bradesco Financiamentos S.A. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos Auditores Independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos Auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Instituição para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Instituição. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Base para opinião com ressalva

A Instituição registra as suas operações e elabora as suas demonstrações contábeis com a observância das diretrizes contábeis estabelecidas pelo Banco Central do Brasil, que requerem o ajuste ao valor presente da carteira de arrendamento mercantil na rubrica "provisão para superveniência ou insuficiência de depreciação", classificada no ativo permanente, conforme mencionado nas notas explicativas às demonstrações contábeis nº 3f.V e 8h. Essas diretrizes não requerem a reclassificação das operações, que permanecem registradas de acordo com as disposições da Lei nº 6.099/74, para as rubricas do ativo circulante e realizável a longo prazo, e rendas e despesas de arrendamento, mas resultam na apresentação do resultado e do patrimônio líquido, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Opinião com ressalva

Em nossa opinião, exceto quanto a não reclassificação de saldos mencionada no parágrafo anterior, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Bradesco Financiamentos S.A. em 30 de junho de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Instituição, para o semestre findo em 30 de junho de 2015, que estão sendo apresentadas como informações suplementares. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Osasco, 29 de julho de 2015



KPMG Auditores Independentes

CRC 2SP028567/O-1 F SP

Cláudio Rogélio Sertório

Contador CRC 1SP212059/O-0